

O Brazilian Policy Agendas Project: Novos caminhos na EACH/USP

**Carina Aparecida Santos¹, Felipe José Miguel Garcia², Felipe Brasil³,
Gabriel Rodrigues dos Santos⁴, Leandro Teófilo⁵, Lorraine Saldanha
Freitas de Souza⁶**

Resumo

O presente trabalho busca apresentar à comunidade acadêmica, principalmente da EACH-USP, o *Brazilian Policy Agendas Project*, grupo nacional integrante do Comparative Agendas Project, que tem como principal objetivo investigar os processos de definição e de mudança da agenda governamental no nível federal, monitorando e analisando - a partir de uma inovadora metodologia de sistema de códigos que mensuram a frequência do aparecimento de políticas públicas em diversos setores governamentais- a atenção conferida às diferentes políticas setoriais ao longo dos anos

1 Mestranda em Gestão de Políticas Públicas na EACH/USP, Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Anhanguera de Taubaté com especialização em Controladoria e Finanças pelo Grupo Universitário Uninter. Atua como Contadora no Município de São Bento do Sapucaí - SP, onde participa dos processos de elaboração das Peças de Planejamento Orçamentário, audiências públicas de prestação de contas bem como execução orçamentária e elaboração de demonstrações contábeis.

2 Graduando de Gestão de Políticas Públicas na Escola de Artes, Ciências e Humanidades na Universidade de São Paulo. Ingressou no grupo de pesquisa em agosto de 2021 e atua hoje na startup de recursos humanos e impacto social Labora Tech.

3 Doutor e Mestre em Ciência Política pela UFSCar, é Jovem Pesquisador e docente Nos programas de graduação e de pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas na EACH-USP. É vice-líder do Brazilian Policy Agendas Project. Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela EACH - USP.

4 Graduado em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras/UNESP. Mestrando em regime de dedicação exclusiva pela CAPES no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas na Escola de Artes e Ciências Humanas/USP.

5 Graduado em Direito pela Universidade Camilo Castelo Branco e em Pedagogia pelo Centro Universitário Claretiano. Especializado em Direito pela Escola Paulista da Magistratura. Mestrando em Gestão de Políticas Públicas EACH/USP. Atualmente atua como Assistente Judiciário junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sendo responsável pela assessoria jurídica do gabinete em que está lotado.

6 Mestranda em Gestão de Políticas Públicas na EACH/USP e bolsista FAPESP em regime de dedicação exclusiva. Graduada em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pós-Graduada em Direito Processual Civil pela Escola Paulista da Magistratura, atuou como advogada desde 2013.

e dos governos. Apresentaremos também os trabalhos em desenvolvimento pelos pesquisadores de graduação e pós-graduação, que vêm se dedicando a estruturar, construir e organizar dados em novas frentes de trabalho dentro desta metodologia, para além daquelas que já se encontram consolidadas.

1. Introdução

Estudar os processos pré-decisórios em políticas é, em essência, questionar: O que é um problema público? Quais são os problemas mais importantes nessa sociedade, nesse momento? Sobre quais problemas vamos nos debruçar? Quais temas serão considerados em detrimento de tantos outros? De que forma os governos e os tomadores de decisão selecionam, priorizam e definem sua agenda de atuação? É nesse complexo e competitivo processo que os estudos de agenda-setting e de mudança em políticas públicas estão situados. “Complexo” porque o reconhecimento das mais diversas questões existentes na sociedade envolve uma infinidade de variáveis. A passagem de simples questões para o status de problemas envolve valores, defesa de ideias, de interesses. Envolve, portanto, atores, instituições, grupos mais ou menos organizados, mais ou menos interessados num tipo específico de definição e de enquadramento de problema. “Competitivo” porque está inserido numa sociedade com recursos escassos, finitos, cuja racionalidade é limitada e cujo poder de atuação dos tomadores de decisão é definido por barreiras orçamentárias, por diferentes capacidades operacionais e cognitivas. São múltiplos os questionamentos envolvidos nos processos pré-decisórios que buscam entender as prioridades dos governos; a forma de influência de atores no processo de agenda-setting; o comportamento incremental ou pontuado das mudanças ao longo do tempo; o papel dos eventos focalizadores, a mobilização de opinião, da mídia e da opinião pública no processo de seleção e de priorização de temas na formação da agenda governamental. Esse artigo apresenta o histórico, os objetivos e os trabalhos produzidos e em produção do

Brazilian Policy Agendas Project, um grupo de pesquisas direcionado para o estudo da formação da agenda governamental brasileira, e que, após seis anos de existência, inaugura a instalação de um novo núcleo de pesquisa especializado na temática na EACH – USP.

Esse artigo é dividido em três partes, além dessa introdução. Na primeira, resgatamos os principais autores e conceitos envolvidos no campo de estudos de agenda-setting. A revisão bibliográfica realizada permite ao leitor acompanhar o processo de agendamento, seus principais autores, modelos e teorias de análises. Destaque é dado, portanto, para a atenção governamental como um indicador de extrema importância para o acompanhamento e seleção daquelas questões que entram, ou que são barradas no competitivo processo de políticas públicas. A segunda seção é dedicada ao histórico do Brazilian Policy Agendas Project – BPAP – da sua fundação, entre os anos de 2014 e 2015, aos desdobramentos, publicações, análises e feitos alcançados pelo grupo em 6 anos de atuação. Nessa recuperação histórica, são apontados os desafios do projeto nacional em integrar tão importante grupo de pesquisa internacional, o processo de adaptação e adequação metodológica para explicar o caso brasileiro, assim como as teses, trabalhos, artigos produzidos pelo grupo. Por fim, a terceira e última parte desse texto apresenta a agenda de pesquisa futura, já em desenvolvimento, com a chegada do BPAP para a Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. Com financiamento da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, o BPAP amplia os horizontes de sua pesquisa, recruta novos pesquisadores e abre novas agendas de pesquisa sobre políticas públicas no Brasil. São apresentados, portanto, os novos pesquisadores e as novas pesquisas e objetivos para os anos que seguem a partir de 2022.

2. Os estudos sobre a formação da agenda e a dinâmica das políticas públicas: do cenário internacional para o Brasil

Cobb e Elder (1972) ao produzirem uma literatura sobre a construção da *agenda* governamental dentro dos estudos da *policy sciences* fazem uma ponte que, posteriormente, John Kingdon (1984) resgatará em sua pesquisa sobre as práticas de montagem da *agenda-setting* no contexto estadunidense. O surgimento desses estudos inicialmente tinha como foco a inclusão de participantes no processo de expansão do conflito como reconhecimento de problemas via mobilização de opinião. Tais setores nem sempre querem intervir nessas questões, mas muitas vezes são compelidos a fazê-lo, seja pela pressão pública ou até a própria presença de outros tipos de problemas que forcem sua intervenção, já que o processo de transformar *questões* em *problemas* é caracterizado por um elemento perceptivo. (Schattschneider, 1960; Kingdon, 2003)

Assim como existem estratégias de mobilização de opinião há também meios para retenção dos problemas, para que não seja compreendido como problema público. A estrutura governamental pode ampliar a discussão ou suprimir o assunto, contudo não são todos os grupos e atores que conseguem acionar tal estrutura para apresentar suas demandas. Existem diferentes ferramentas e maneiras disponíveis para que tais tomadores de decisão adotem medidas restritivas na entrada e saída de temas na agenda governamental, caracterizando esse tal processo competitivo. Nessa linha, Bachrach e Baratz (1962, 1963) argumentam que o poder possui duas faces - a coerção e a capacidade de impedimento, isto é, a não-decisão enquanto forma de bloqueio onde demandas são impedidas de se tornarem problemas institucionais.

John Kingdon (2003) ao resgatar esses autores e conceitos para construção de um modelo sintético de análise de formação de agenda (*agenda-setting*), centraliza o processo subjetivo de

construção de símbolos, ideias, valores e interesses como moduladores de preferências que enquadram problemas e formulam políticas públicas. Para tanto, o autor busca mostrar como problemas são arranjos sociais que a partir de um processo perceptivo estabelece a construção de questões como problemas públicos que fazem com que os formuladores de políticas decidam fazer ou não fazer algo a respeito (Capella, 2015).

Assim como as ideias e valores são importantes na análise de John Kingdon, Baumgartner e o Jones (1993) lançam mão da Teoria do Equilíbrio Pontuado privilegiando o papel das instituições e do processamento de informação na dinâmica de formação e no processo de mudança da *agenda-setting* para explicar longos períodos incrementais, como também para explicar mudanças rápidas e de larga escala. Dessa forma, por conta da racionalidade limitada e de sua escassez de recursos, os autores compreendem a existência de um grupo seletivo de especialistas que operam de forma designada na definição dos rumos que uma determinada política pública deve seguir estabelecendo seu monopólio a partir de uma imagem definida. É essa ruptura que evidencia a queda do monopólio da política fazendo com que os atores institucionais construam novas ideias buscando um ambiente favorável para a consolidação da política.

Ao conduzir uma série de estudos de caso para demonstrar a aplicação do modelo no contexto estadunidense, Baumgartner e Jones buscaram, ao longo de várias décadas, medidas sistemáticas e comparáveis para uma análise de mudanças em longos períodos para compreensão das dinâmicas das políticas públicas, dando início, posteriormente, ao *Policy Agendas Project* (PAP). Ao mensurar a atenção dada a uma determinada área específica em diferentes esferas governamentais, o PAP se empenhou na construção de indicadores de atenção governamentais que - comparados ao longo do tempo - sinalizam qual setor de política concentra a atenção governamental. Entre os dados mapeados estão os projetos de lei, audiências públicas, leis aprovadas,

votações nominais, ordens executivas e vetos, discursos presidenciais, bem como outras fontes de dados que incluem textos de jornais, programas partidários, casos conduzidos pelo poder judiciário, leis orçamentárias, e dados de opinião pública.

Através desses conjuntos de dados que o projeto tornou possível a comparação sistemática e a mensuração da atenção na permanência ou mudança de uma questão de uma política pública ao longo do tempo permitindo a combinação de estudos longitudinais — que analisa e investiga a entrada e saída de temas da agenda em vários estágios de desenvolvimento e maturação ao longo do tempo; e estudos transversais (cross-sectional) — que permite propor explicações sobre o porquê alguns temas atingem alto nível de relevância e atenção na agenda e outros se mantêm fora dos holofotes (Brasil, Capela, Sudano, 2015).

No que concerne especificamente ao método utilizado pelo *Comparative Agendas Projects* (CAP), ele consiste em um sistema de codificação, cuja origem remonta o projeto de estudo sobre a formação da agenda governamental americana, desenvolvido por Baumgartner e Jones (1993), voltado a medir a atenção política de forma sistematizada e comparada ao longo dos anos. A possibilidade de organizar e medir os níveis de atenção sobre políticas públicas é instrumentalizada por meio de um sistema de codificação dotada dos predicados da universalidade e generalização, e portanto, com alto poder de indexação para todas as ações governamentais relevantes sobre quaisquer tópicos em particular (Baumgartner, Jones e Bonafont, 2020).

A partir de um livro de códigos (*codebook*) composto por 23 macrocódigos, como saúde, educação, agricultura, macroeconomia, energia, meio-ambiente, etc e mais de 200 subcódigos, Baumgartner e Jones vislumbraram a formação de uma infraestrutura de pesquisa, no sentido de criar uma metodologia fundada em um banco de dados sobre as ações dos governos em todas as suas frentes, monitorando a atenção política conferida ao

longo do tempo a cada uma das políticas setoriais codificadas. Desta forma, permite-se analisar os momentos de manutenção incremental bem como períodos de rápida mudança em diversas políticas públicas.

Vale destacar que um dos grandes valores atribuídos a este sistema de codificação reside na possibilidade de pesquisadores e estudantes analisarem e compararem as principais tendências e a atenção dada pelos formuladores de políticas ao longo do tempo entre os mais de 20 países integrantes do CAP, na medida a atribuição de um código universal às políticas setoriais sistematiza o foco de atenção dos governos e permite-nos analisar como esta atenção se move de um tema para o outro ao longo do tempo.

No Brasil, o CAP é representado pelo *Brazilian Policy Agendas Project* (BPAP), que a partir dos esforços acadêmicos dos pesquisadores Dra. Ana Cláudia Niedhardt Capella e Dr. Felipe Gonçalves Brasil introduziram em nosso país esse sistema de codificação capaz de demonstrar, quantitativamente, os níveis de atenção dados às políticas públicas, ou seja, a prioridade dada à elas, pelos governos brasileiros, que até então, era carente de pesquisas sistemáticas sobre a percepção de problemas pela população capazes de serem utilizadas como referência para tais estudos (Capella, Brasil e Sudano, 2015). Cientes deste déficit, Capella e Brasil aceitaram o desafio e integraram o Brasil à rede do CAP por meio da análise inicial de seis tipos de documentos: emendas constitucionais, mensagens fazem o Congresso, discursos de posse Presidencial, medidas provisórias e leis aprovadas pela Câmara dos Deputados (em nível federal).

Desde sua implementação, no ano de 2015, novos projetos foram incrementados a esta rede, ampliando o escopo empírico do BPAP para estudos, como de políticas de educação básica; comparação entre os discursos oficiais dos Presidentes Donald Trump e Jair Bolsonaro sob a lente do populismo; pela análise comparativa longitudinal da Lei Orçamentária Anual (LOA) do Governo Federal; pela abertura de novos caminhos nos estudos de

mídias através da análise os *tweets*, *retweets* e *replies* dos perfis oficiais do Governo Federal; e pela inclusão do Poder Judiciário, por meio da análise das decisões do Supremo Tribunal Federal proferidas no âmbito do controle concentrado de constitucionalidade. Todas estas iniciativas serão melhor descritas ao longo deste artigo.

3. Histórico do BPAP 2015-2021

Brazilian Policy Agendas Project (BPAP) possui substancial base de dados já coletadas e codificadas pela metodologia do CAP, com destaque para os temas relacionados à opinião pública, emendas constitucionais, decretos legislativos, leis e leis complementares federais, medidas provisórias, decreto presidencial, mensagens ao Congresso Nacional e discurso de posse. A partir da sistematização destes dados, permite-se, por exemplo, pontuar problemas estruturais profundos e permanentes que possam influenciar a dinâmica de formação da agenda, jogando luz nas temáticas que mais se destacam e que são vistas como um problema para a sociedade. (Bevan, Palau,2020).

Além disto, ao se quantificar informações na forma preconizada pela metodologia do CAP, os pesquisadores brasileiros terão à sua disposição uma ferramenta que lhes proporcionará informações valiosas acerca daqueles temas já codificados - e de temas futuros que já se encontram em evolução na EACH , como se verá na próxima sessão- permitindo-lhes a realização de análises fundadas em dados objetivos sobre o que se passa nas esferas de governo brasileiro, a partir dos quais poderão confirmar as hipóteses relacionadas a comportamentos políticos e os fatores institucionais que afetam a dinâmica do processo de formação de agenda no nosso país.

Os pesquisadores do BPAP vêm desenvolvendo e promovendo a metodologia a partir destas bases de dados, testando-as por meio da publicação de trabalhos em revistas científicas de grande relevância no cenário acadêmico, dentre elas, o Cadernos Gestão Pública e Cidadania da Fundação Getúlio Vargas, na qual Brasil e

Capella publicaram o artigo intitulado “Agenda governamental brasileira: uma análise da capacidade e diversidade nas prioridades em políticas públicas no período de 2003 a 2014”⁷. Na Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, Andrade, Brasil e Capella abordam a agenda governamental brasileira a partir dos discursos presidenciais e Mensagens ao Congresso (1995-2014)⁸. Em “Policy Change in Brazil: New Challenges for Policy Analysis in Latin America”⁹, Brasil, Fagan e Capella discutem e apresentam as análises descritivas sobre a dinâmica da atenção governamental a diferentes questões políticas ao longo do tempo. Já em “Dinâmica das Políticas de Saúde e de Assistência Social no Brasil: incrementalismo e pontuações na atenção governamental entre 1986 e 2003”¹⁰, publicado no repositório da UFSCar, o professor Felipe Brasil analisa a atenção de atores e instituições no processo de formulação das políticas de saúde e assistência social, buscando pontuar os momentos de equilíbrio e mudanças incrementais no período de 1986 a 2003. Também estão na lista de pesquisadores e de estudos construídos, Andrea Sudano, que defendeu sua tese de doutorado na UFSCar sob o título: A Agenda Governamental no Brasil: Análise da Atenção Presidencial na Nova República (1985-2014), e os mestres João Vitor dos Santos Andrade, com a dissertação Agenda de Políticas Públicas nos governos Dilma e Temer: suas características e a relação com o plano de governo e Cristiano Parra e o tema Entre energias renováveis e não renováveis: a atenção governamental dos governos federais na construção da política energética nacional entre 1995 e 2014.

Estas constantes publicações impulsionam a continuidade e destacam as atividades do do BPAP no cenário acadêmico nacional,

7 Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/76950>>

8 Disponível em: <<https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/593>>

9 Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/197781>>

10 Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9539>>

as quais são prestigiadas e reconhecidas por Bryan Jones, um dos responsáveis por desenvolver a metodologia do CAP. No site oficial do Comparative Agendas Project ¹¹, o Brazilian Policy Agendas é destaque quanto aos projetos desenvolvidos pelo Professor Felipe Brasil e pelas publicações em parceria com o próprio Bryan Jones, como o artigo publicado na Revista de Administração Pública da FGV "Agenda setting: Policy change and policy dynamics, a brief introduction".

4. Novos caminhos e novas agendas: O BPAP na EACH

Desde a formação do *Brazilian Policy Agendas Project* (BPAP), diversos estudos vêm tomando forma na busca de analisar o processo de mudança de atenção governamental na formação das prioridades em políticas públicas. Sendo a “atenção” um recurso escasso e importante para o processo de priorização na agenda governamental, analisá-la significa apontar as prioridades que um determinado governo compreende como políticas importantes em um determinado momento.

Motivados pela relevância do BPAP, um novo financiamento da FAPESP permitiu a instalação de um núcleo de pesquisas na EACH USP, coordenada pelo Professor Felipe Brasil que, desde Agosto de 2021 tem se dedicado a estruturar, construir e organizar dados em novas frentes de trabalho, para além daquelas já especificadas. O novo núcleo, agora a capital, tem como objetivo ampliar a capacidade analítica, atraindo e formando pessoal capacitado para entender e analisar o processo de formação de agenda e de mudanças em políticas públicas. Exemplo dessas novas frentes de trabalho e de estudos podem ser notados a partir da análise de conteúdo das decisões do controle de constitucionalidade proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, que inclui o estudo do Poder Judiciário no *BPAP* com um olhar atento à interdisciplinaridade entre as políticas públicas e o Direito,

11 <https://www.comparativeagendas.net/news/2>

proposta levada à cabo pela mestranda Lorraine Saldanha de Souza, bolsista FAPESP.

O valor desta pesquisa reside em sistematizar e expor o que se passa internamente na mais alta Corte do Poder Judiciário brasileiro, algo que a metodologia *do Comparative Agendas Projects* nos permitirá fazer e que será inédito no Brasil. Ao transparecer quais temas de políticas públicas o STF tem sido chamado a decidir, daremos à sociedade brasileira a prerrogativa do conhecimento acessível e de vigilância sobre as temáticas de políticas públicas de grande impacto social. Em nosso estudo, a metodologia é agregada ao valor do ineditismo, no que diz respeito ao mapeamento dos conteúdos das políticas públicas que têm ocupado a agenda de julgamento do STF e se tais decisões impactam ou não a produção de políticas públicas pelo Poder Executivo.

Por fim, considerando que um dos diferenciais provenientes da adoção da metodologia do CAP reside na possibilidade de comparação de dados em razão da equivalência de códigos, nossa pesquisa poderá contribuir para a construção de uma grande infraestrutura de pesquisa, comparando o teor das decisões de nossa Suprema Corte com as demais Cortes dos países integrantes do CAP.

O segundo caminho percorrido são os estudos de políticas setoriais que contribuem para a percepção dos avanços, retrocessos, contradições e omissões nas agendas presidenciais em perspectiva temporal comparada. Compreender como as prioridades ou alternativas para cada política setorial foram definidas, alteradas ou suprimidas ao longo do tempo é desafiador, mas de grande importância para a área de políticas públicas e para o aperfeiçoamento das políticas setoriais desenvolvidas no Brasil.

A política setorial de educação básica é um dos objetos de estudo do *BPAP* na EACH, na medida em que a discussão sobre a formação da agenda da educação básica brasileira é inadiável e merece a atenção da Academia. É importante que as agendas governamentais da educação básica sejam analisadas de forma

pormenorizada, com a utilização de evidências científicas e empíricas, apresentando diagnóstico personalizado acerca das escolhas políticas e prioridades realizadas pelo governo federal ao longo do tempo. Este diagnóstico é um passo importante para o aprimoramento das políticas de educação básica desenvolvidas no país.

Tal investigação conduzida pelo mestrando Leandro Teófilo tem por objetivo mapear, analisar e comparar como os temas relacionados à educação básica ingressaram nas prioridades governamentais e ascenderam à agenda governamental dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, entre 1995 e 2011. O estudo adota os subsistemas de políticas como unidade privilegiada de análise no processo de construção e de mudança das políticas de ensino básico no Brasil. Para isso, serão analisados os níveis de atenção dos presidentes sobre as políticas de ensino básico em documentos oficiais, seguido por uma análise qualitativa baseada na revisão bibliográfica e na realização de entrevistas com atores chave da educação básica buscando entender as ideias, os valores e interesses presentes nas comunidades de políticas que formataram a agenda e direcionaram a formulação de políticas ao longo do tempo e dos governos analisados.

A pesquisa pretende somar-se aos trabalhos desenvolvidos pelo Programa de Mestrado em Gestão em Políticas Públicas da EACH, colaborando para a ampliação das pesquisas relacionadas às agendas governamentais e, em consequência, para o crescimento, valorização e divulgação do projeto nos diversos segmentos que integram a comunidade científica e acadêmica.

A terceira alternativa desses estudos reside na observação específica de indicadores de atenção que, ao longo do tempo, evidenciam suas políticas escolhidas, bem como na formação de possíveis estratégias para supressão destas dentre diversas outras questões nos setores políticos e sociais. Uma vez utilizados indicadores correlatos entre diferentes países integrantes,

seguindo os métodos e os estudos organizados pelo *Comparative Agenda Project* (CAP), torna-se possível analisá-los.

Quais são as políticas públicas privilegiadas nos discursos oficiais de Trump (2017-2020) e Bolsonaro (2019-2022)? Existem semelhanças e diferenças que aproximam e afastam os discursos desses dois atores? Em que medida tais agendas se aproximam das características do populismo conservador? Essas e outras questões serão respondidas de forma inédita e inovadora, expandindo o banco de dados brasileiro e aumentando as perspectivas do *BPAP* na EACH, ao realizar a análise em perspectiva comparada e internacional pelas lentes do populismo.

Para tanto, Gabriel Rodrigues, mestrando e bolsista CAPES, conduz sua dissertação a partir da construção dessa nova linha de pesquisa que busca compreender a formação de discursos como instrumentos que indicam prioridades políticas ao longo do tempo, mapeando, categorizando e analisando nos períodos pré e pós-eleitoral diferentes indicadores de atenção de ambos os presidentes até o fim de seus mandatos. Para análise do período pré-eleitoral estão os debates eleitorais e o plano de governo; já no período pós-eleitoral serão analisadas as declarações proferidas no *State of the Union* por Donald John Trump, e nos *Discursos de Posse e Mensagens ao Congresso* de Jair Messias Bolsonaro.

Em especial, esses documentos serão analisados inicialmente por uma abordagem transversal identificando possíveis mudanças e deslocamentos na atenção dos presidentes analisados em relação aos seus antecessores e, posteriormente, a partir da identificação de semelhanças e diferenças nas características entre os discursos anuais específicos de Trump e Bolsonaro.

Finalmente, para responder às questões pelas lentes do populismo é preciso compreender o tom e o enquadramento do discurso. Na análise qualitativa de tom, diferentemente da anterior, em que se mede apenas o percentual no aparecimento de diferentes políticas públicas ao longo do tempo, buscamos entender o enquadramento e o tom daquilo que se fala. Desta forma, este

projeto também fará o mapeamento da atenção dos candidatos/presidentes eleitos em suas manifestações no Twitter, perpassando os períodos pré e pós-eleitoral desde a oficialização da candidatura até o fim de seus mandatos.

Uma nova possibilidade de estudos, recentemente contemplada e financiada pelo Projeto Universal CNPq, amplia a atuação do BPAP e suas relações com a EACH: A análise do Orçamento Federal. Uma nova frente de trabalho em conjunto com a Profa. Dra. Ursula Peres e sua equipe de pesquisadores, tem o objetivo de adotar o orçamento federal como indicador de formação de agenda e de prioridades em políticas públicas em nível nacional mapeando e codificando o orçamento com os mesmos critérios metodológicos com que os demais dados são tratados. O estudo do orçamento público é uma ferramenta capaz de refletir as mudanças que ocorrem na sociedade, isso porque é por meio do planejamento orçamentário que se torna possível – ou não – a implementação de agendas governamentais, refletindo para quais políticas setoriais a atenção dos governantes está voltada no período de elaboração das peças de planejamento. Por ser o meio que viabiliza a realização de ações governamentais, o orçamento é relevante objeto de estudo da tomada de decisão em políticas públicas, de forma a compreender como o processo de formulação e implementação de agendas governamentais se relaciona com a dinâmica de distribuição orçamentária. Dessa forma, essa pesquisa busca trabalhar com duas tradições: a de análises orçamentárias, adotando o orçamento anual e as funções de gastos como objeto, unindo a tradição dos estudos de agenda-setting como base teórica e analítica para compreensão da dinâmica de prioridades governamentais a partir da distribuição orçamentária.

Baseado na estruturação orçamentária por distribuição por função de gasto, a mestrandia Carina Santos pretende entender qual a dinâmica da destinação orçamentária brasileira entre 1999 e 2010? Quais setores e funções são priorizados e quais são preteridos no processo de construção orçamentária ao longo dos

mandatos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva? A dinâmica orçamentária desse período é marcada por incrementalismo ou é possível perceber mudanças pontuais e de grande impacto na destinação de recursos federais? Visando responder essas questões, esta linha de pesquisa utilizará métodos quantitativos e qualitativos para análise dos dados, implementando uma metodologia de análise com ferramentas pré determinadas pelo Comparative Agendas Project (CAP), formando assim, uma base comum de informações que possibilitem a comparação dos resultados obtidos com os demais países participantes do CAP. A execução da pesquisa se estruturará em diferentes etapas, que vão desde a seleção de dados, até o momento do exame das informações obtidas.

Por fim, vale ressaltar a atuação do *BPAP* na graduação, com a proposta de desenvolvimento de pesquisas de Iniciação Científica e Trabalhos de Conclusão. Exemplo da atuação na graduação pode ser dado com a pesquisa de Felipe Garcia, que atualmente analisa os *tweets*, *retweets* e *replies* dos perfis oficiais do Governo Federal, como as contas do Presidente da República (@jairbolsonaro) e a da Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República (@secomvc). O intuito desta pesquisa é a de captar a atenção da agenda governamental federal além dos espaços institucionais tradicionais (projetos de lei, decretos presidenciais, projetos de emenda à Constituição, mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional), a fim de perceber quais são as aproximações e distanciamentos entre a retórica formal para a retórica informal das redes sociais.

Ademais, a pesquisa abre um campo novo de análise na área de comunicação política e mídias digitais da Ciência Política, já que a metodologia do CAP, a partir do *Codebook* do *BPAP*, permite uma análise quantitativa e qualitativa das unidades de análise provenientes do Twitter (*tweets*, *retweets* e *replies*) e permite análises comparadas com outros banco de dados do próprio *BPAP*.

Diante da relevância destes projetos, em razão não apenas de seu ineditismo quanto à criação de um índice quantitativo acerca dos tópicos que norteiam as políticas públicas no Brasil, mas sobretudo em relação aos ganhos que nosso país pode ter ao evidenciarmos em dados o que se passa no âmbito dos setores governamentais, poderemos contribuir para a construção de uma infraestrutura de pesquisa em nosso país, entregando à comunidade de pesquisadores um mecanismo capaz de quantificar a atenção despendida pela política, de maneira comparada, ao longo do tempo.

Com a aprovação do projeto Auxílio Jovem Pesquisador FAPESP em agosto de 2021, o BPAP passou a ser nucleado na USP como um dos três projetos vigentes em toda a escola e tendo o professor Felipe Brasil como principal pesquisador e coordenador do grupo de pesquisa. Portanto, aos alunos que se interessarem em desenvolver projetos futuros no BPAP, farão parte de uma equipe focada em trazer à tona o que os governos brasileiros têm tratado como prioridade e os problemas renegados, porém, merecedores de atenção por parte de nossos governantes, cooperando para o desenvolvimento de um projeto voltado a identificar, reconhecer e transparecer os problemas de ordem econômica, social, político e jurídico que atingem a sociedade brasileira.

Juntos, podemos contribuir para a formulação de políticas públicas sustentadas por informações acerca de um setor social específico, de modo que seus beneficiários poderão usufruir das melhorias proporcionadas por uma política pública lúcida, pois desde a sua origem, esteve interessada em mapear e codificar qual o problema público que se destacou e em como estes problemas se moveram ao longo do tempo.

Referências Bibliográficas

BACHRACH, P.; BARATZ, M. S. Two faces of power. *The American Political Science Review*, v. 56, n. 4, p. 947-952, 1962.

_____. Decisions and non-decisions: An analytical

framework. *The American Political Science Review*, v. 57, n. 3, p. 632-642, 1963.

BAUMGARTNER, F. R., JONES, B. D., & Bonafont, L. C. (2020). Dinâmicas da agenda de políticas públicas na América Latina: oportunidades teóricas e empíricas. *Revista De Administração Pública*, 54(6), 1513–1525. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/0034-761220190455>>

BAUMGARTNER, Frank; JONES, Bryan. *Agendas and Instability in American Politics*. University of Chicago Press. 1993

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Análises de Políticas Públicas in *Revista Agenda Política*. vol 3. n.2, Julho/Dezembro de 2015.

CAPELLA, A. C. N.; BRASIL, F. G.; SUDANO, A. C. G. P. O Estudo da Agenda Governamental: reflexões metodológicas e indicativos para pesquisas. In: 39º Encontro Anual da ANPOCS, 2015, Caxambu. *Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS, 2015*. v. 1. p. 01-45.

COBB, R. W., & ELDER, C. D. (1972) *Participation in American politics: The dynamics of agenda-building*. Boston, MA: Allyn and Bacon
Engesser, Sven, Nayla Fawzi e Anders Olof Larsson. 2017. "Populist Online Communication: Introduction to the Special Issue". *Information, Communication & Society* 20 (9): 1279- 1292.

KINGDON, John. *Agendas, Alternatives and Public Policies*. Longman Classics in Political Science. 2nd edition. 2003

PALAU, Anna M, BEVAN, Shaun. The comparative agendas project in Latin America: data and coding. *Rev. Adm. Pública* 54 (6) Nov-Dec 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/vsZ7wryXTddhSwd9MpKgRKP/abstract/?lang=en#>>

SCHATTSCHNEIDER, E. E. *The semi-sovereign people*. New York: Winston, 1960.